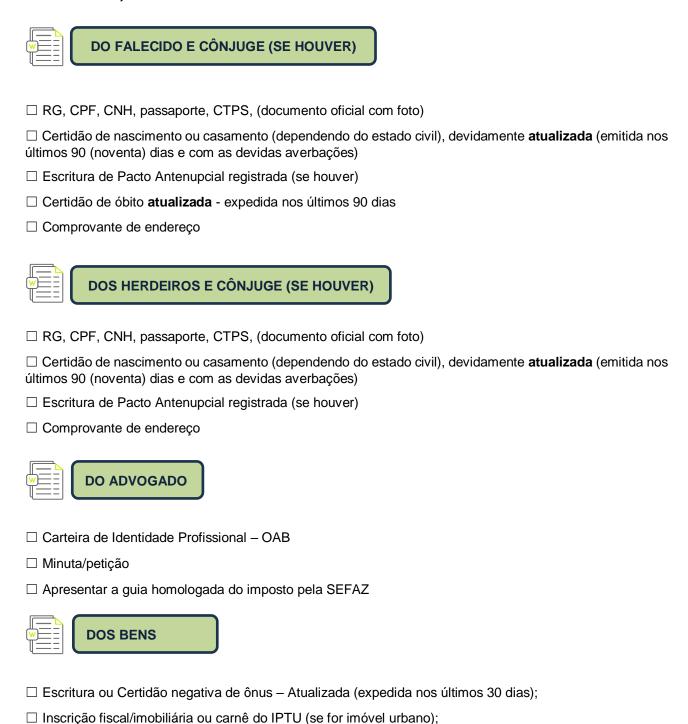


ESCRITURA PÚBLICA DE INVENTÁRIO E PARTILHA

A Escritura Pública de Inventário e Partilha é um documento elaborado pelo tabelião de notas, que tem como objetivo formalizar o processo de inventário e partilha dos bens de uma pessoa falecida. Ela é utilizada quando os herdeiros optam por realizar a divisão dos bens de forma consensual e extrajudicial, ou seja, sem a necessidade de uma decisão judicial. Exige o consentimento de todos os herdeiros e a presença de um advogado, que pode ser o mesmo para todos os envolvidos. Além disso, não podem existir conflitos entre os herdeiros, pois a escritura é feita de forma amigável. Se houver desacordo, o processo de inventário e partilha deverá ser feito judicialmente.



☐ ITR, CCIR, número do CIB (se for imóvel rural);



☐ Informar número do RIP e FCL (se for terreno de Marinha); ☐ Se for bens móveis: documento de veículos, extratos bancários e de ações atualizados, contratos sociais de empresas (balanço patrimonial), notas fiscais de bens e joias, etc. **ETAPAS** PROTOCOLO DA ESCRITURA Protocolar os documentos completos e legíveis no

3

Deverá ser feito o protocolo do ITCMD junto à SEFAZ para avaliação dos bens e recolhimento do imposto. - Alíquota de 4%.

ITCMD - IMPOSTO

PREPARO DA ESCRITURA

Após o pagamento do ITCMD, o(a) escrevente irá digitar a escritura de inventário e enviar o rascunho para a apreciação e aprovação do advogado. Uma vez aprovado, o(a) escrevente agendará a lavratura da escritura e a coleta das assinaturas.

Cartório. Em seguida, será emitido um boleto para o pagamento do valor da escritura e do depósito prévio.

REGISTRO DE IMÓVEIS

A etapa final consiste no protocolo da escritura no Cartório de Registro de Imóveis O prazo para o registro é de aproximadamente 60 dias.



Apresentando a documentação completa, atualizada e imposto recolhido, o prazo de entrega é de aproximadamente 05 a 10 dias úteis.



No momento da lavratura do ato deverão ser apresentados todos os documentos originais e em bom estado de conservação - Art. 705, inciso 4 do Código de Normas da CGJ-ES

No ato do protocolo, será gerado um boleto referente ao valor da escritura e ao depósito antecipado destinado ao pagamento de despesas com terceiros, como solicitação e atualização de certidões e pagamento de taxas em órgãos públicos, entre outras. Eventuais quantias não utilizadas referente ao depósito prévio serão devolvidas, ou poderá ser solicitada uma complementação, se necessário.

OBSERVAÇÃO: O rol de documentos não é taxativo, podendo haver a necessidade de complementação após a análise.

Acesse o Qr Code e tenha acesso aos nossos canais

